

CORREIO SUDESTE

SUBPAN



Coque siderúrgico é altamente inflamável e poluente

Em Itaguaí, fiscais apreendem 100 toneladas de combustível

Foram apreendidos, em Itaguaí, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 100 toneladas de coque siderúrgico acondicionadas de forma irregular. A transportadora responsável pela carga foi autuada por crime ambiental. Derivado industrial do carvão mineral, o coque é um combustível sólido altamente inflamável e poluente, utilizado em usinas siderúrgicas. A apreensão foi feita na quarta por Fiscais da Operação Porto+Seguro, da Subsecretaria de Gestão Portuária e Atividades Navais. Segundo a Subpan, o coque, oriundo da Colômbia, foi carregado nos caminhões no terminal da Companhia Siderúrgica Nacional, no Porto de Itaguaí, e seria levado para a unidade de alto-forno da própria CSN, em Volta Redonda.

CSN nega as acusações

Os caminhões em que seria transportado não tinham, segundo os fiscais, nenhuma identificação externa informando sobre a periculosidade da carga, o que traz riscos para seu deslocamento nas estradas. Os órgãos ambientais competentes e a delegacia local foram, então, acionados para lavar os autos de infração. A CSN, responsável pela carga, nega as acusações e diz que todos os requisitos foram cumpridos.

Maurício Vieira/ Sejusp MG



Ação teve foco na região do Lago de Furnas, em Minas

Tecnologia para combater crimes

Pelo quinto ano consecutivo, as forças de segurança, em conjunto com instituições parceiras, desembarcam no município de Capitólio, no Sudoeste do estado, para mais uma edição da Operação Mar de Minas, uma ação integrada que visa coibir práticas criminosas e proporcionar mais segurança aos frequentadores do Lago de Furnas. Realizada entre 23/3 e 21/4, a operação promoveu ações ostensivas nas mais de 150 cidades que compõem a 6ª, 17ª e 18ª Regiões Integradas de Segurança Pública, com foco nos municípios banhados pelo Lago de Furnas.

O saldo da operação em números

Ao longo dos 29 dias de ações, mais de 1.500 pessoas foram abordadas. As fiscalizações terrestres resultaram na abordagem de 2.287 veículos, além da fiscalização de outros 145 de cargas. Nas hidrovias, foram fiscalizadas 906 embarcações e contabilizado um total de 911 abordagens a motos aquáticas, balsas, embarcações de esporte e recreio, flutuantes e de transporte de passageiros.

Vistoria pública I

Pescadores artesanais e proprietários de embarcações de pesca do Espírito Santo têm até o dia 8 de maio para solicitar a vistoria pública de seus barcos. O serviço é oferecido pelo Programa Nacional de Regularização de Embarcações de Pesca, vinculado ao Ministério da Pesca e Aquicultura, sem custo para o solicitante.

Vistoria pública II

Neste ano, o serviço ganha um reforço importante no Estado: o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) passou a integrar o rol de instituições credenciadas pelo MPA. Engenheiros de pesca do Instituto estão habilitados a atuar em todos os municípios capixabas.

Veículos clonados I

O combate à criminalidade no trânsito capixaba tem um reforço tecnológico decisivo. O Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Detran|ES) alcançou a marca de 50 veículos localizados com indicativo de clonagem desde o início do monitoramento especializado, em setembro de 2023.

Veículos clonados II

Somente neste ano, cinco veículos já foram interceptados, incluindo uma motocicleta localizada na última sexta-feira (20), em Cachoeiro de Itapemirim. A estratégia utiliza a inteligência de dados e as câmeras do Cerco Inteligente espalhadas por todo o estado para cruzar informações e identificar irregularidades em tempo real.

Nova sede I

O governador de Minas Gerais, Mateus Simões, participou, na quinta-feira (23), da inauguração da nova sede da Delegacia Regional de Polícia Civil (PCMG) em Frutal. A nova unidade moderniza a infraestrutura de segurança pública e fortalece a investigação criminal no Triângulo Mineiro.

Nova sede II

Construída para atender às demandas de polícia judiciária e administrativa, a delegacia está localizada na Avenida Goiás, número 1.750, no bairro Estudantil. A estrutura foi projetada para otimizar o fluxo de atendimento à população, abrangendo desde a lavratura de boletins de ocorrência a serviços especializados.



Atuação inclui pagamento de auxílios e apoio à habitação

Juiz de Fora e Ubá já receberam R\$ 2 bilhões

Investimento visa a reconstrução das cidades atingidas por chuvas

Da Redação

Após dois meses das fortes chuvas que atingiram a Zona da Mata mineira, o Governo do Brasil já mobilizou cerca de R\$ 2 bilhões em recursos e ações para atender a população e avançar na reconstrução de Juiz de Fora e Ubá. As medidas incluem apoio direto às famílias, investimentos em saúde, assistência social, habitação, educação e iniciativas para a retomada econômica.

O desastre deixou 74 mortos e mais de 8 mil pessoas desalojadas nos dois municípios, com impactos severos na infraestrutura urbana e habitacional. Desde então, o Governo do Brasil atua com foco na resposta emergencial e na reconstrução das áreas atingidas.

Já foram aprovados R\$ 88,4 milhões, com mais de R\$ 67,4 milhões empenhados em planos da Defesa Civil para assistência, restabelecimento e obras de reconstrução. As equipes continuam atuando diretamente no território, com 3 mil vistorias realizadas, orientando as ações de reconstrução e apoio às famílias.

O benefício de R\$ 7.300 é destinado a famílias que tiveram perdas materiais em decorrência das chuvas e foram identificadas pelas prefeituras. Em Juiz de Fora e Ubá, 830 famílias já receberam o benefício, enquanto

novos lotes estão sendo processados para a liberação de novos pagamentos. O valor é pago em parcela única pela Caixa Econômica Federal, com abertura automática de conta em nome do responsável familiar.

O pagamento ocorre de forma escalonada, a partir dos cadastros enviados pelas prefeituras e processados pelos sistemas federais. Após essa etapa, é necessário que o responsável familiar realize a confirmação dos dados no Portal do Cidadão, etapa obrigatória para a liberação do recurso.

Na área habitacional, o Governo do Brasil atua por meio do Minha Casa, Minha Vida – modalidade Compra Assistida, voltada às famílias que perderam suas moradias. A medida prevê até R\$ 500 milhões para atendimento na região e permite a aquisição de imóveis de até R\$ 200 mil, com subsídio integral.

São elegíveis famílias que tiveram suas moradias destruídas ou interditadas em decorrência das chuvas, com renda familiar de até R\$ 5.000, devidamente identificadas e indicadas pelas prefeituras. O benefício é destinado a quem morava no imóvel atingido e ficou desabrigado, mesmo nos casos em que a moradia era alugada ou cedida.

O Compra Assistida segue em fase de consolidação dos cadastros municipais e organização dos primeiros encaminhamentos para contratação.